

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E A SUA SUSTENTABILIDADE AS MISSÕES DA ONU EM TIMOR-LESTE E A CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGAL

MARIA RAQUEL FREIRE

COORDENADORA

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões & Linhares, Lda

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



© MARÇO 2015, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ISBN 978-989-26-0889-1

ISBN DIGITAL 978-989-26-0890-7

DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7>

DEPÓSITO LEGAL 390700/15

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E A SUA SUSTENTABILIDADE AS MISSÕES DA ONU EM TIMOR-LESTE E A CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGAL

MARIA RAQUEL FREIRE

COORDENADORA

IMPrensa da
Universidade
de Coimbra
Coimbra
University
Press

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	7
-------------------------	---

Maria Raquel Freire

INTRODUÇÃO: A MULTIDIMENSIONALIDADE

DA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM TIMOR-LESTE	11
---	----

Maria Raquel Freire

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA PAZ EM TIMOR-LESTE: UMA VISÃO CRÍTICA	37
---	----

Ramon Blanco

CAPÍTULO 2

AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E TIMOR-LESTE: DA DESCOLONIZAÇÃO AOS DESAFIOS NO PÓS-INTERVENCIONISMO	69
---	----

António Leitão

CAPÍTULO 3

PARA ALÉM DAS CINZAS: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO EM TIMOR-LESTE	99
---	----

Daniela Nascimento

CAPÍTULO 4

A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DAS INTERVENÇÕES

MILITARES EXTERNAS: AS FORÇAS ARMADAS

PORTUGUESAS EM MISSÕES INTERNACIONAIS 123

Helena Carreiras

CAPÍTULO 5

A PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE E O IMPACTO

NAS DINÂMICAS INFORMAIS DA RECONSTRUÇÃO DA PAZ 157

Carlos Morgado Braz

CAPÍTULO 6

REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA EM TIMOR-LESTE

E O SEU CONTRIBUTO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ..... 183

Paula Duarte Lopes

CAPÍTULO 7

AS NAÇÕES UNIDAS E O ESTADO DE DIREITO EM TIMOR-LESTE 217

Teresa Cierco

CAPÍTULO 8

ELEIÇÕES EM TIMOR-LESTE: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO

POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO 243

Carla Luís

CONCLUSÃO

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E A SUA SUSTENTABILIDADE:

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA TIMOR-LESTE

NO CONTEXTO PÓS-INTERVENÇÃO..... 275

Maria Raquel Freire

NOTAS BIOGRÁFICAS 287

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta publicação resulta do trabalho desenvolvido no âmbito de um projeto de investigação cofinanciado pelo FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade — COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, intitulado “Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal” (PTDC/CPJ-CPO/115169/2009 — FCOMP-01-0124-FEDER-014433), que decorreu entre 2011 e 2014. O projeto centrou-se na discussão sobre a contribuição das missões de paz no quadro das Nações Unidas para a consolidação da paz (*peacebuilding*), ilustrada pelo caso de Timor-Leste. A investigação procurou compreender a multidimensionalidade que os sucessivos mandatos foram adquirindo, bem como as implicações que essas alterações tiveram na forma como Portugal se foi posicionando e articulando, com o objetivo de avaliar o contributo destas missões para a consolidação da paz em Timor-Leste. Incluindo uma análise ampla das dinâmicas associadas à construção e consolidação da paz em Timor-Leste, este volume dá forma à investigação desenvolvida, trazendo a debate velhas e novas questões.

A equipa de investigação gostaria ainda de agradecer à Fundação Oriente o seu apoio em Díli, nas missões que fizemos ao terreno. Os agradecimentos estendem-se ainda a todos os que direta e indiretamente nos ajudaram ao longo do processo de investigação, quer em Portugal quer em Timor-Leste, e cuja experiência e conhecimento foram essenciais ao prosseguimento deste trabalho. Como investigadora responsável gostaria ainda de dirigir

um agradecimento particular a toda a equipa de investigação cujo envolvimento, empenho e entusiasmo neste projeto constituíram os alicerces para a condução e conclusão da investigação, e para o desenho e «construção» deste volume.

Maria Raquel Freire

Coimbra, 17 de setembro de 2014

MARIA RAQUEL FREIRE

rfreire@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, Coimbra

School of Economics of the University of Coimbra and Centre for Social Studies, Coimbra, Portugal

INTRODUÇÃO: A MULTIDIMENSIONALIDADE DA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM TIMOR-LESTE

RESUMO:

Este capítulo introdutório enquadra a temática central a este volume através da abordagem que faz aos conceitos de manutenção e construção da paz (*peacekeeping* e *peacebuilding*), e da análise destes processos no caso de Timor-Leste. O capítulo analisa o período compreendido entre o referendo de 1999 e a restauração da independência em 2002, e a saída das Nações Unidas do território enquanto protagonista de uma densa presença externa. O capítulo discute que paz está a ser construída em Timor-Leste recorrendo para tal à análise do processo de transformação e consolidação desta a nível político, social, securitário e económico. Esta multidimensionalidade que caracteriza a construção da paz encontra paralelo na complexidade associada às dinâmicas que lhe subjazem. Abordagens, atores e contextos são elementos fundamentais de análise no mapeamento da construção da paz em Timor-Leste que este capítulo analisa. Deste modo, e com um objetivo claro de enquadramento teórico e conceptual, o capítulo serve de porta de entrada para as análises que se seguem e que de forma mais particular se centram em vários dos aspetos aqui identificados, desde a dimensão securitária à do desenvolvimento, numa perspetiva mais direcionada.

Palavras-chave: Manutenção da paz; construção da paz; Nações Unidas; Timor-Leste

INTRODUCTION: THE MULTIDIMENSIONALITY OF PEACEBUILDING IN TIMOR-LESTE

ABSTRACT:

This introductory chapter frames the central thematic of this volume in its approach to the concepts of peacekeeping and peacebuilding, and the analysis of these processes in the case of Timor-Leste. The chapter analyses the period between the 1999 referendum and the restoration of independence in 2002, and the withdrawal of the United Nations from the country in 2012, as the main protagonist of a complex external presence. The chapter discusses which peace is being built in Timor-Leste during this period, by looking at the process of transformation and consolidation of peace at the political, social, security and economic levels. This multidimensionality that characterizes the construction of peace finds parallel in the complexity associated to its underlying dynamics. Approaches, actors and contexts are fundamental elements in the mapping of peacebuilding in Timor-Leste that this chapter focuses on. In this way, and with a clear objective of theoretical and conceptual framing, the chapter serves as the main entrance for the contributions that follow.

Keywords: Peacekeeping; Peacebuilding; United Nations; Timor-Leste

http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7_1

INTRODUÇÃO

A MULTIDIMENSIONALIDADE DA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM TIMOR-LESTE

Maria Raquel Freire

Introdução

O processo de consolidação da paz é um processo complexo, que envolve atores diferenciados, objetivos diversos e que implica decisões e reações também elas distintas, num quadro de análise que se revela cada vez mais multidimensional. Esta multidimensionalidade define-se quer em termos verticais, relativamente a níveis de análise que vão desde o contexto local ao envolvimento de atores externos e a dinâmicas do sistema internacional, quer em termos horizontais, relativamente a áreas setoriais que se cruzam nestes processos, e que contemplam desde aspetos políticos e de segurança, até questões económicas, sociais, culturais e outras. É este quadro complexo que define as bases de análise deste volume e que se centram no processo de construção e consolidação da paz em Timor-Leste, no posicionamento de Portugal, e no contributo das Nações Unidas (NU) através das suas várias presenças, desde a organização do referendo de

que Timor-Leste hoje vive um cessar-fogo. Contudo, a verdade é que a vida do Timorense comum pouco melhorou, mesmo depois de todos os esforços e investimentos da ONU. Assim, resta saber se Timor-Leste continuará nesta frágil paz existente no país, uma mera pacificação, ou caminhará para a construção de uma paz sustentável em seu território.

Conclusão

Esse capítulo discute criticamente o processo de construção da paz levado a cabo pela ONU em Timor-Leste. Primeiramente, o capítulo apresenta uma visão panorâmica do engajamento onusiano com o país e delineia os principais elementos e objetivos das operações de paz da ONU destacadas para Timor-Leste. Adicionalmente, o capítulo evidencia que as fragilidades das bases deixadas pelo processo de construção da paz levado a cabo pela organização no país tem a ver essencialmente com três eixos fundamentais. Eles são: (1) as características estruturantes do engajamento da ONU com Timor-Leste; (2) limitações estruturais do mesmo; e (3) a negligência de dimensões importantes da realidade timorense por parte da ONU. Relativamente ao primeiro eixo, o capítulo abordou, por um lado, a abordagem e entendimento lineares e sequenciais no que toca à transformação dos conflitos que a ONU apresentou durante o seu engajamento com Timor-Leste. Por outro lado, ainda relativamente ao primeiro eixo, o capítulo também evidenciou que a postura da ONU no que toca a Timor-Leste pautou-se essencialmente por um caráter reativo, ao invés de preventivo, relativamente aos acontecimentos desenvolvidos no país.

O capítulo também abordou limitações estruturais do próprio processo de (re)construção como um todo. Ao abordar tais limitações, o capítulo focou-se nas deficiências internas do engajamento onusiano, na marginalização dos timorenses relativamente às estruturas decisórias do processo de (re)construção, assim como deficiências apresentadas em esferas cruciais do mesmo como as esferas militar/securitária e a político/constitucional. Por último, o capítulo evidencia importantes camadas da realidade timorense

que foram negligenciadas, ou no mínimo subestimadas pela ONU durante o processo de (re)construção e que estão na base da grave crise ocorrida em Timor-Leste durante o ano de 2006. Portanto, por meio do delinear destas camadas, o capítulo evidencia não somente que a ONU não prestou a devida atenção às dimensões fundamentais da realidade timorense. É precisamente nesse ponto em que fica evidenciada a fragilidade da paz construída pela ONU em Timor-Leste. Contudo, paradoxalmente, a aparência de Timor-Leste como um caso de sucesso é fundamental para a ONU. Dada a profundidade do engajamento da ONU com o país — o número de operações de paz destacadas (e suas sucessivas extensões), suas durações e profundidade, assim como a variedade dos instrumentos de resolução de conflitos utilizados (do *peacemaking* até o *peacebuilding*, passando pelo *peace enforcement* e o *peacekeeping*) — Timor-Leste *tem* que ser entendido internacionalmente como um caso de sucesso. Caso contrário, todo o racional onusiano relativamente à resolução de conflitos, a sua abordagem no que toca a construção da paz em cenários pós-conflito, assim como a própria reputação da ONU enquanto um ator fundamental na transformação dos conflitos violentos pelo globo, estariam em cheque. Contudo, é precisamente a análise crítica desse processo que permite não somente expor suas limitações como, sobretudo, abrir espaço para a sua estrutural transformação e assim caminhar em direção à construção de uma paz sustentável em cenários pós-conflito violento.

Bibliografia

- A/RES/1542 — *Transmission of Information under Article 73 of the Charter* – A/RES/1542 (XV), 15 de dezembro 1960. [Acedido a 22 de fev. 2013]. Disponível na Internet: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1542\(XV\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1542(XV)&Lang=E&Area=RESOLUTION).
- BEAUVAIS, Joel C. — Benevolent Despotism: A Critique of UN State-Building in East Timor. *New York University Journal of International Law and Politics*. Vol. 33, n.º 4 (2001), p. 1101-11078.

- BICKERTON, Christopher — State-Building: Exporting State-Failure. In *Politics without Sovereignty: a critique of Contemporary International Relations*. London: University College London Press, 2007. p. 93-111.
- CARVALHO, Maria José Albarran de — Panorama Linguístico de Timor. Identidade Regional, Nacional e Pessoal. *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Vol. 14, julho-setembro (2001), p. 65-79.
- CAVR, Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste — *Chega! Relatório Final*, 31 de outubro 2005. [Acedido a 20 set. 2012]. Disponível na Internet: <http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>.
- CHANDLER, David — *The Empire in Denial - The Politics of State-building*. London: Pluto Press, 2006. p. 43-44.
- CHOPRA, Jarat — The UN's Kingdom of East Timor. *Survival*. Vol. 42, n.º 3 (2000), p. 27-39.
- . Building State Failure in East Timor. *Development and Change*. Vol. 33, n.º 5 (2002), p. 979-1000.
- CIGI, The Centre for International Governance Innovation — *Security Sector Reform Monitor - Timor-Leste Security Sector Reform Monitor*, n.º 1, dezembro 2009. [Acedido a 1 de ag. 2012]. Disponível na Internet: <http://fundasaunmahein.files.wordpress.com/2009/12/ssrm-east-timor-1.pdf>.
- CURTAIN, Richard — *Crisis in Timor Leste: Looking Beyond the Surface Reality for Causes and Solutions State, Society and Governance in Melanesia Project*, 2006. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: http://rspas.anu.edu.au/papers/melanesia/working_papers/06_01wp_Curtain.pdf.
- DAVID, Charles-Philippe — Does Peacebuilding Build Peace?: Liberal (Mis)steps in the Peace Process. *Security Dialogue*. Vol. 30, n.º 1 (1999), p. 25-41.
- DUFFIELD, Mark — *Global Governance and the New Wars*. London: Zed Books, 2001.
- FISCHER, Markus — *Liberal Peace: Ethical, Historical, and Philosophical Aspects BCSIA Discussion Paper 2000-07*, Kennedy School of Government, Harvard University, abril 2000. [Acedido a 15 de abr. 2011]. Disponível na Internet: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/fischer.pdf>.
- GOLDSTONE, Anthony — UNTAET with Hindsight: The Peculiarities of Politics in an Incomplete State. *Global Governance*. Vol. 10 (2004), p. 83-98.

- ICG, International Crisis Group — *Resolving Timor-Leste's Crisis Asia Report No 120*, 10 de outubro 2006. [Acedido a 20 de set. 2010]. Disponível na Internet: http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-east-asia/timor-leste/120_resolving_timor_lestes_crisis.pdf.
- . *Timor-Leste: Security Sector Reform Asian Report*. N.º 143, 17 de janeiro 2008. [Acedido a 20 de set. 2010]. Disponível na Internet: http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-east-asia/timor-leste/143_timor_leste___security_sector_reform.pdf.
- KINGSBURY, Damien — *East Timor - The Price of Liberty*. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 72-153
- MAGALHÃES, António Barbedo de — *Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais - 3 Volumes*. Porto: Afrontamento, 2007. p. 462, 478.
- MARTIN, Ian — *Self-Determination in East Timor: The United Nations, the Ballot, and International Intervention*. Boulder: Lynner Rienner Publishers, 2001. p. 160.
- .; MAYER-RIECKH, Alexander — The United Nations and East Timor: From Self-Determination to State-Building. *International Peacekeeping*. Vol. 12, n.º 1 (2005), p. 125-145.
- NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. — Introduction. In *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2009. p. 3-25.
- PARIS, Roland — Saving Liberal Peacebuilding. *Review of International Studies*. Vol. 36, n.º 2 (2010), p. 337-365.
- PORTUGAL-INDONÉSIA — *Agreement between the Republic of Indonesia and the Portuguese Republic on the Question of East Timor*, 5 de maio 1999. 1999a. [Acedido a 19 de jun. 2011]. Disponível na Internet: http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/east_timor_05051999.pdf.
- . *Agreement Regarding the Modalities for the Popular Consultation of the East Timorese*, 5 de Maio 1999. 1999b. [Acedido a 19 de jun. 2011]. Disponível na Internet: http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/east_timor_05051999mod.pdf.
- . *East Timor Popular Consultation Agreement Regarding Security* 5 de maio 1999. 1999c. [Acedido a 19 de jun. 2011]. Disponível na Internet: http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/east_timor_05051999sec.pdf.

- POWER, Samantha — *Chasing the Flame - Sergio Vieira de Mello and the Fight to Save the World*. New York: The Penguin Press, 2008.
- PUREZA, José Manuel [et al.] — As Novas Operações de Paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor-Leste e Moçambique. *Oficina do CES*, n.º 290. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2007. p. 1-34.
- RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIAL, Hugh — *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- RICHMOND, Oliver — The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus. *Cooperation and Conflict*. Vol. 39, n.º 2 (2004), p. 129-150.
- . The Problem of Peace: Understanding the 'Liberal Peace'. *Conflict, Security & Development*. Vol. 6, n.º 3 (2006), p. 291-314.
- . *The Transformation of Peace*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- . *A Post-Liberal Peace*. Abingdon and New York: Routledge, 2011.
- .; FRANKS, Jason — Liberal Peacebuilding in Timor Leste: The Emperor's New Clothes? *International Peacekeeping*. Vol. 15, n.º 2 (2008), p. 185-200.
- .; —. *Liberal Peace Transitions - Between Statebuilding and Peacebuilding*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009. p. 83-93.
- S/1999/944 — *Letter from the Secretary-General Addressed to the President of the Security Council - S/1999/944*, 3 de setembro 1999. [Acedido a 21 de jun. 2011]. Disponível na Internet: <http://www.undemocracy.com/S-1999-944.pdf>.
- S/1999/1025 — *Letter from the Secretary-General Addressed to the President of the Security Council - S/1999/1025* 4 de outubro 1999. [Acedido a 21 de jun. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/285/78/PDF/N9928578.pdf?OpenElement>.
- S/2004/888 — *Progress Report of the Secretary-General on the United Nations Mission of Support in East Timor - S/2004/888*, 9 de novembro 2004. [Acedido a 5 de jan. 2012]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/587/60/PDF/N0458760.pdf?OpenElement>.
- S/2006/628 — *Report of the Secretary-General on Timor-Leste pursuant to Security Council Resolution 1690 (2006) - S/2006/628*, 8 de agosto 2006. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/628.

S/RES/1246 — *UN Security Council Resolution 1246* - S/RES/1246, 11 de junho 1999. [Acedido a 20 de jun. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/174/13/PDF/N9917413.pdf?OpenElement>.

S/RES/1257 — *UN Security Council Resolution 1257* - S/RES/1257, 3 de agosto 1999. [Acedido a 20 de jun. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/226/69/PDF/N9922669.pdf?OpenElement>.

S/RES/1262 — *UN Security Council Resolution 1262* - S/RES/1262, 27 de agosto 1999. [Acedido a 20 de jun. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/247/47/PDF/N9924747.pdf?OpenElement>.

S/RES/1264 — *UN Security Council Resolution 1264* - S/RES/1264, 15 de setembro 1999. [Acedido a 2 de ag. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/264/81/PDF/N9926481.pdf?OpenElement>.

S/RES/1272 — *UN Security Council Resolution 1272* - S/RES/1272, 25 de outubro 1999. [Acedido a 23 de abr. 2010]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/312/77/PDF/N9931277.pdf?OpenElement>.

S/RES/1410 — *UN Security Council Resolution 1410* - S/RES/1410, 17 de maio 2002. [Acedido a 2 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/\(Symbol\)/S.RES.1410+\(2002\).En?Opendocument](http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/(Symbol)/S.RES.1410+(2002).En?Opendocument).

S/RES/1480 — *UN Security Council Resolution 1480* - S/RES/1480, 19 de maio 2003. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.undemocracy.com/S-RES-1480\(2003\).pdf](http://www.undemocracy.com/S-RES-1480(2003).pdf).

S/RES/1543 — *UN Security Council Resolution 1543* - S/RES/1543, 14 de maio 2004. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: <http://www.worldlii.org/int/other/UNSCRsn/2004/22.pdf>.

S/RES/1573 — *UN Security Council Resolution 1573* - S/RES/1573, 16 de novembro 2004. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.undemocracy.com/S-RES-1573\(2004\).pdf](http://www.undemocracy.com/S-RES-1573(2004).pdf).

S/RES/1599 — *UN Security Council Resolution 1599* - S/RES/1599, 28 de abril 2005. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.undemocracy.com/S-RES-1599\(2005\).pdf](http://www.undemocracy.com/S-RES-1599(2005).pdf).

S/RES/1677 — *UN Security Council Resolution 1677* - S/RES/1677, 12 de maio 2006. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.undemocracy.com/S-RES-1677\(2006\).pdf](http://www.undemocracy.com/S-RES-1677(2006).pdf).

- S/RES/1690 — *UN Security Council Resolution 1690* - S/RES/1690, 20 de junho 2006. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: <http://www.security-councilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TL%20SRES%201690.pdf>.
- S/RES/1703 — *UN Security Council Resolution 1703* - S/RES/1703, 18 de agosto 2006. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1703\(2006\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1703(2006)).
- S/RES/1704 — *UN Security Council Resolution 1704* - S/RES/1704, 25 de agosto 2006. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1704\(2006\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1704(2006)).
- S/RES/1745 — *UN Security Council Resolution 1745* - S/RES/1745, 22 de fevereiro 2007. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1745\(2007\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1745(2007)).
- S/RES/1802 — *UN Security Council Resolution 1802* - S/RES/1802, 25 de fevereiro 2008. [Acedido a 20 de mar. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/251/41/PDF/N0825141.pdf?OpenElement>.
- S/RES/1867 — *UN Security Council Resolution 1867* - S/RES/1867, 26 de fevereiro 2009. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/250/24/PDF/N0925024.pdf?OpenElement>.
- S/RES/1912 — *UN Security Council Resolution 1912* - S/RES/1912, 26 de fevereiro 2010. [Acedido a 3 de ag. 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/253/13/PDF/N1025313.pdf?OpenElement>.
- S/RES/1969 — *UN Security Council Resolution 1969* - S/RES/1969, 24 de fevereiro 2011. [Acedido a 3 de agosto 2011]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/242/86/PDF/N1124286.pdf?OpenElement>.
- S/RES/2037 — *UN Security Council Resolution 2037* - S/RES/2037, 23 de fevereiro 2012. [Acedido a 28 de fevereiro 2012]. Disponível na Internet: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/240/01/PDF/N1224001.pdf?OpenElement>.
- SMITH, Michael G.; DEE, Moreen — East Timor. In *Twenty-First-Century Peace Operations*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 2006.
- STAE, Secretariado Técnico de Administração Eleitoral — *Eleições Parlamentares 2007 - (Resultado)* NA. 2007a. [Acedido a 9 de ag. 2012]. Disponível na Internet: <http://www.stae.tl/elections/2007/parliament/results/>.

- . *Eleições Presidenciais 2007 - (Resultado 2ª volta)*, NA. 2007b. [Acedido a 9 de ag. 2012]. Disponível na Internet: http://www.stae.tl/elections/2007/president/results/second_round/.
- . *Rezultadu Provizorio Eleisaun Prezidensial 2012 - Segundo Volta*, NA. [Acedido a 9 de ag. 2012]. Disponível na Internet: <http://www.stae.tl/elections/2012/rezultado/segunda/>.
- SUHRKE, Astri — Peacekeepers as nation-builders: Dilemmas of the UN in East Timor. *International Peacekeeping*. Vol. 8, n.º 4 (2001), p. 1-20.
- TAYLOR, Ian — Liberal Peace, Liberal Imperialism: A Gramscian Critique. In *Palgrave Advances in Peacebuilding*. London: Palgrave Macmillan, 2010. p. 154-174.
- TELES, Patrícia Galvão — Autodeterminação em Timor Leste: dos acordos de Nova Iorque à consulta popular de 30 de agosto de 1999. *Documentação e Direito Comparado*. Vol. 79-80, maio (1999a), p. 379-423.
- . Autodeterminação em Timor Leste: dos acordos de Nova Iorque à consulta popular de 30 de agosto de 1999. *Boletim Documentação e Direito Comparado*. Vol. 79-80, maio (1999b), p. 379-423.
- TRAUB, James — Inventing East Timor. *Foreign Affairs*. New York: Council on Foreign Relations. Vol. 79, n.º 4 (2000), p. 74-89.
- UN, United Nations Peacekeeping Department — *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*, 2008 [Acedido a 4 de maio 2009]. Disponível na Internet: http://pbpu.unlb.org/PBPS/Library/Capstone_Doc-trine_ENG.pdf.
- UNDP, United Nations Development Program — *Timor-Leste Human Development Report 2006*, 2006. [Acedido a 28 de fev. 2012]. Disponível na Internet: http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/asiathepacific/timorleste/TIMOR_LESTE_2006_en.pdf.
- WB, World Bank — *International Development Association - Country Assistance Strategy for the Democratic Republic of Timor-Leste for the period FY06-FY08*, 22 de junho 2005. [Acedido a 28 de fev. 2012]. Disponível na Internet: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2005/06/27/000012009_20050627095435/Rendered/PDF/327000rev.pdf.

ANTÓNIO LEITÃO

antonio.msleitao@gmail.com

Doutorando do Programa Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

PhD Candidate, PhD Programme in International Politics and Conflict Resolution, Centre for Social Studies and School of Economics of the University of Coimbra, Portugal

AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E TIMOR-LESTE: DA DESCOLONIZAÇÃO AOS DESAFIOS NO PÓS-INTERVENCIONISMO

RESUMO:

Este capítulo aborda os desafios futuros da relação entre Portugal e Timor-Leste, no período pós-intervencionista da ONU. Através de uma análise histórica, que principia com o complexo processo de descolonização português, iniciado em 1974, até à reafirmação internacional portuguesa, no seio da comunidade internacional, do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste, após a invasão Indonésia, este trabalho procura expor de que forma Portugal se empenhou na *questão* timorense após o referendo de 1999 e até à saída da ONU. Através de um enfoque centrado na questão da língua, e no papel da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) como organização integradora de países de língua oficial portuguesa, este capítulo argumenta que a relação futura entre Portugal e Timor-Leste deve passar pelo aprofundamento dos laços linguísticos entre ambos, utilizando a CPLP como plataforma de interação e cooperação, substituindo a abordagem portuguesa bilateral por uma estratégia multilateral.

Palavras-chave: Portugal; Timor-Leste; língua Portuguesa; CPLP

THE PORTUGUESE-TIMORESE RELATIONSHIP: FROM THE DECOLONIZATION PROCESS THROUGH POST-INTERVENTIONISM CHALLENGES

ABSTRACT:

This chapter analyses the challenges ahead in relations between Portugal and Timor-Leste, after the UN interventionist period. Throughout a historical analysis, which starts with the complex Portuguese decolonization process that begun in 1974, through the reaffirmation, internationally, of Timor-Leste's right to self-determination by Portugal, following the Indonesian invasion, we seek to demonstrate how Portugal became engaged in the *Timorese question*, from the 1999 referendum until the end of the UN presence. Focusing on the language issue and the CPLP's role (Community of Portuguese Language Speaking Countries) as an integrative organization of countries that share the same official language, we argue that the future relationship between Portugal and Timor-Leste should be focused on the deepening of shared linguistic bonds. The CPLP should become a platform for interaction and cooperation, replacing the traditional Portuguese bilateral approach for a multilateral strategy.

Keywords: Portugal; Timor-Leste; Portuguese language; CPLP

setores que se apresentam como efetivamente fundamentais, nomeadamente o emprego, infraestruturas e serviços básicos numa base equitativa. Em suma, aqueles que poderão contribuir para um reforço das capacidades sociais e económicas de toda a população timorense, bem como para uma redução mais significativa de alguns dos principais obstáculos que persistem a um desenvolvimento sustentável e duradouro em Timor-Leste: as desigualdades socioeconómicas e a pobreza.

Bibliografia

- CATTL — Relatório sobre o financiamento a ONG e Organismos de Apoio ao Desenvolvimento, s/d. [Acedido a 11 de mar. 2014]. Disponível na Internet: http://www.comissario-timor.gov.pt/pdf/rel_financiamentos_ong.pdf.
- CARDOSO, Fernando Jorge; FERREIRA, Patrícia Magalhães; SEABRA, Maria João — *Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2012.
- CICL — Estratégia para a Cooperação Portuguesa, Página Oficial do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2013. [Acedido a 11 de mar. 2014]. Disponível na Internet: <https://www.instituto-camoes.pt/estrategia-para-a-cooperacao/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/estrategia-para-a-cooperacao>.
- . *Estratégia para a Cooperação Portuguesa*, Página Oficial do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2014. [Acedido a 11 de mar. 2014]. Disponível na Internet: <https://www.instituto-camoes.pt/estrategia-para-a-cooperacao/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/estrategia-para-a-cooperacao>.
- CONSELHO DE MINISTROS — *A cooperação portuguesa no limiar do século XXI — Documento de orientação estratégica*, resolução n.º 43/99. D.R. – I Série B, n.º 115, 18 de maio 1999.
- CRAVINHO, João Gomes — A trajetória da cooperação oficial portuguesa. *Tempo Exterior*. N.º 9 (2004), p. 49-66.
- FARIA, Raquel — *A Política de Cooperação Para o Desenvolvimento no Contexto da Crise Económica do Século XXI: O Caso Português*. Working Paper 109. Lisboa: ISEG - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 2012.

- FERNANDES, João José; KRUPENSKI, Pedro — Uma Estratégia para a Cooperação Portuguesa e mais Protecção Social são necessárias. Relatório Social Watch Portugal, 2013.
- TIMOR-LESTE — *A Caminho da Prosperidade - Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011 a 2030* (Sinopse). Timor-Leste: Governo de Timor-Leste, 2010.
- . *Adeus Conflito, Bem-Vindo Desenvolvimento - Retrato da Governação do Mandato da AMP (2007-2012)*. Timor-Leste: Governo de Timor-Leste, 2012.
- IPAD — Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor: 2004-2006. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2004.
- . *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2006.
- . Relatório Avaliação PIC Timor Leste - 2004-2006. Lisboa, 2007.
- . *Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor: 2007-2010*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008.
- . *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento. 1996-2010*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2011a.
- . *Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor-Leste (2007-2010)*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2011b.
- MESQUITA, Ana Virgínia Guedes — *A cooperação internacional para o desenvolvimento na viragem do século: a cooperação portuguesa em Timor-Leste*; sob orientação do Prof. Doutor António Manuel de Almeida Serra. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004. Dissertação de Mestrado.
- MNE — *Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor no período de Transição*. Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, 1999.
- OLIVEIRA, Domingos de — Construir uma sociedade justa (II). In *Depois das Lágrimas: a reconstrução de Timor-Leste*. Jill Jolliffe (coord.). Lisboa: INDE, Intercooperação e Desenvolvimento, 2000. p. 65-78.
- PNUD — *Human Development Report 2006: Beyond Scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2006.

- . Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. In *Relatório Nacional de Timor-Leste*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009.
- . *Relatório anual*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2012.
- . *Human Development Report 1990: concept and measurement of human development*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.
- SUMNER, A.; MALLETT, R. — *Aid: A survey in light of changes in the distribution of global poverty*. London: Institute of Development Studies, 2012.

HELENA CARREIRAS

helenacarreiras@iscte.pt

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE – University Institute of Lisbon, Portugal

A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DAS INTERVENÇÕES MILITARES EXTERNAS: AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM MISSÕES INTERNACIONAIS

RESUMO

Durante as últimas quatro décadas, as Forças Armadas Portuguesas passaram por um profundo processo de transformação organizacional. A diminuição da legitimidade do serviço militar obrigatório, redução de orçamentos e obsolescência de material foram algumas das características visíveis de uma tendência de marginalização comum à maioria das forças armadas das democracias ocidentais. No entanto, no mesmo período, vários processos de modernização foram postos em marcha, afetando de forma importante a organização, tanto em termos estruturais como culturais. O recrutamento de mulheres, desde o início dos anos 1990, o fim do serviço militar obrigatório em 2004 e o aumento da participação em operações internacionais de paz, a partir de meados de 1990, alteraram significativamente a paisagem humana e a configuração organizacional da instituição, com impacto visível no relacionamento entre as forças armadas e a sociedade portuguesa. Este capítulo aborda, de um ponto de vista sociológico, o envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em operações internacionais de paz assim como as implicações de uma provável redução desse envolvimento num futuro próximo. Após examinar, na primeira parte, alguns dos principais contributos da sociologia para a compreensão da mudança nas instituições militares e o desenvolvimento de missões militares internacionais, o texto centra-se no caso português, procurando demonstrar o lugar e significado das intervenções internacionais para as Forças Armadas Portuguesas nas duas últimas décadas. Na segunda parte, a análise faz-se em dois momentos: inicialmente, são expostos alguns dados e números relativos à participação portuguesa em operações internacionais de paz; de seguida, analisa-se a questão da relevância e significado desse envolvimento a diferentes níveis analíticos: o nível político-estratégico da política e discurso de defesa nacional, o nível organizacional das forças armadas, o nível social da opinião pública e o nível sociopsicológico das atitudes e identidades profissionais

dos soldados. Por fim, a conclusão consiste num exercício limitado de prospetiva com vista a avaliar as possíveis implicações da diminuição da participação em missões internacionais.

Palavras-chave: Forças Armadas Portuguesas; missões internacionais; mudança organizacional

THE SOCIOLOGICAL DIMENSION OF EXTERNAL MILITARY INTERVENTIONS: THE PORTUGUESE MILITARY ABROAD

ABSTRACT:

During the past four decades, the Portuguese armed forces have gone through a deep process of organizational change. A decrease in the legitimacy of compulsory military service, budgetary shrinking and material obsolescence were visible features of a process of marginalization, common to the majority of the armed forces of western democracies. However, during the same period, various modernization trends developed that had great impact, at both structural and cultural levels. The recruitment of women from the beginning of the 1990s, the end of conscription in 2004 and the increase in international missions from the mid 1990s have dramatically changed the human landscape and the organizational outlook of the Portuguese military, with visible consequences in terms of its relationship with the broader society. This chapter addresses, from a sociological point of view, the involvement of the Portuguese armed forces in international peace operations. After reviewing some major sociological contributions for understanding change in military institutions and the development of international military missions, it concentrates on the Portuguese case, aiming at uncovering the place and meaning of peace operations for the Portuguese armed forces during the past two decades. In a second section the analysis is twofold. First, it reviews some facts and figures concerning the Portuguese participation in peace operations. Second, it addresses the relevance of such involvement at different analytical levels, showing that peace operations have come to play a decisive role in the national defence political discourse, the organizational configuration of the Portuguese armed forces and the soldiers' professional identity. The last section consists of a short prospective exercise looking at possible implications of disengagement from international peace missions.

Keywords: Portuguese armed forces; international missions; organizational change

CAPÍTULO 4

A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DAS INTERVENÇÕES MILITARES EXTERNAS: AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM MISSÕES INTERNACIONAIS

*Helena Carreiras*³⁶

Introdução

Durante as últimas quatro décadas, as Forças Armadas Portuguesas passaram por um processo de profunda transformação organizacional. Uma erosão da legitimidade do serviço militar obrigatório durante as décadas de 1980 e 1990, uma significativa redução de pessoal e orçamentos bem como a obsolescência de material e equipamentos (Carrilho, 1994; Santos, 2012), constituem algumas das características visíveis de uma tendência de marginalização que se fez sentir também na maioria das forças armadas das democracias ocidentais (Van der Meulen, 2000). No entanto, no mesmo período, vários processos de modernização foram postos em

³⁶ Uma versão em língua inglesa deste texto foi publicada no *Portuguese Journal of Social Science*, intitulado “The sociological dimension of external military interventions: the Portuguese military abroad”, 2014.

marcha, com impacto importante na organização militar, tanto em termos estruturais como culturais. O recrutamento de mulheres, desde o início dos anos 1990, o fim do serviço militar obrigatório em 2004 e o aumento da participação em operações internacionais de paz, a partir de meados de 1990, alteraram dramaticamente a paisagem sociológica e a configuração organizacional da instituição, com expressão visível no seu relacionamento com a sociedade portuguesa (Carrilho, 1994; Carreiras, 1997, 2006, 2011; Santos, 2012; Branco *et al.*, 2010).

Enquanto, tal como noutros países, as forças armadas sofreram pronunciados cortes orçamentais e reestruturação organizacional, as missões militares foram redefinidas, com a prioridade a reorientar-se das tradicionais missões de defesa territorial para a participação em intervenções multinacionais de apoio à paz e estabilidade a uma escala global (Dandeker, 1998). De acordo com fontes oficiais, em 2011 mais de 35.000 militares portugueses haviam sido destacados numa variedade de missões conduzidas sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE) (Pastor, 2011). Estes militares intervieram em ambientes operacionais muito diferentes daqueles que conheceram no passado, mesmo que possa existir alguma continuidade na natureza assimétrica dos conflitos atuais e passados.

Esta presença internacional das Forças Armadas Portuguesas, que viria a intensificar-se a partir de meados da década de 1990 com as operações IFOR e SFOR na Bósnia-Herzegovina, foi extremamente consequente, tanto em termos de modernização da instituição, como de relegitimação do seu papel e prestígio na sociedade portuguesa. No entanto, embora a participação em operações internacionais de paz tenha adquirido uma centralidade clara entre as missões das forças armadas, existem no momento atual sinais que questionam a prevalência desta centralidade, nomeadamente devido à escassez de recursos financeiros e a possível, ainda que pouco clara, reorientação das missões militares para objetivos domésticos.

Este capítulo aborda, de um ponto de vista sociológico, o envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em operações internacionais de paz, bem

como as implicações de um provável desinvestimento no futuro próximo. Após examinar, na primeira parte, alguns dos principais contributos da Sociologia para a compreensão da mudança nas instituições militares e o desenvolvimento de missões militares internacionais, o texto centra-se no caso português, procurando demonstrar o lugar e significado das intervenções internacionais para as Forças Armadas Portuguesas nas duas últimas décadas. Nesta segunda parte, a análise desdobra-se em dois pontos: inicialmente, são expostos alguns dados relativos à participação portuguesa em operações internacionais de paz, fornecendo uma breve descrição das tendências de evolução nos últimos vinte anos; de seguida, analisa-se a questão da relevância e significado deste envolvimento em diferentes níveis analíticos: o nível político-estratégico da política e discurso de defesa nacional, o nível organizacional das Forças Armadas, o nível social da opinião pública e o nível individual das atitudes e identidades profissionais dos militares. Por fim, a conclusão propõe num exercício prospetivo discutindo as possíveis implicações de um desinvestimento em missões internacionais.

Mudança organizacional e missões militares internacionais

Um dos quadros sociológicos mais influentes para o conhecimento e interpretação da mudança nas instituições militares, foi o chamado modelo da pós-modernidade militar. Seguindo os debates desencadeados pela famosa tese I/O inicialmente proposta por Moskos nos anos 1970 (Moskos, 1977, 1986; Moskos e Wood, 1988), alterações recentes nas forças armadas têm sido reinterpretadas como representando a mudança de uma forma de

organização moderna para uma forma pós-moderna³⁷. Moskos, William e Segal (2000) postularam a tese de que as democracias ocidentais desenvolvidas estariam a evoluir de um tipo de organização associado com o nacionalismo para uma forma organizacional adaptada a um novo sistema mundial e à erosão das formas tradicionais de soberania.

Enquanto as modernas forças armadas se baseavam numa combinação entre um sistema de conscrição ou milícia e um corpo profissional de oficiais, eram orientadas para missões de guerra, eram masculinas em expressão e ethos e fortemente diferenciadas da sociedade civil, o novo tipo pós-moderno revela um abrandamento dos laços com o Estado-Nação. O seu formato básico passa a ser o de uma força exclusivamente voluntária, diversificada em missões, crescentemente diversificada em expressão e ethos e com maior permeabilidade face à sociedade civil. (Moskos *et al.*, 2000, p. 1)

A partir da experiência dos Estados Unidos e outras nações ocidentais, os autores propõem uma tipologia tricotómica para dar conta do que identificam como uma mudança histórica nas forças armadas (Quadro 1).

De um ponto de vista societal, cinco transformações fundamentais são indicadas: crescente interpenetrabilidade estrutural e cultural entre as esferas civil e militar; diminuição das diferenças internas com base no ramo, patente ou tipo de função; mudança de missões de guerra para missões que não podem ser definidas como militares num sentido tradicional; crescente utilização das forças militares em operações internacionais legitimadas por entidades que estão para além do Estado-Nação e finalmente, internacionalização das próprias forças armadas.

³⁷ A forma como o conceito «pós-moderno» é utilizado neste texto está pouco relacionada com as conceções académicas gerais do pós-modernismo. Os autores reconhecem que existe provavelmente uma área de sobreposição: a predição do relativismo cultural e a rutura das linhas tradicionais de demarcação entre a sociedade civil e a instituição militar. Eles apontam que “o quadro de análise (...) não é de todo pós-moderno” e até que os editores e alguns autores dos capítulos do livro são “ortodoxos positivistas” (Moskos *et al.*, 2000). Neste sentido, existe um alongamento concetual que pode causar mais confusão que clarificação da tendência descrita. Para uma crítica da mudança de paradigma identificada, ver Booth *et al.*, 2001.

segurança interna de que foram alvo. Contudo, depois de realizados alguns ajustes, a profundidade e a extensão desta missão não apenas criou as bases do estado timorense, mas também estruturalmente influenciou todas as missões posteriores, onde o rumo foi, como sabemos, na direção das missões integradas. Podem ser várias as lições das missões da ONU em Timor-Leste, sendo a mais marcante, no nosso entendimento, a necessidade de maior clarificação e definição dos mandatos.

Dado este consenso geral, importa aqui fazer uma reflexão sobre o modelo de intervenção internacional que foi adotado para Timor-Leste. Segundo Richmond (2011), a paz institucional repousa sobre os pressupostos do idealismo, do internacionalismo liberal e do institucionalismo liberal dos Estados, dentro de um contexto normativo e jurídico e que se conjugam num quadro multilateral. Por outro lado, a paz constitucional repousa sobre o liberalismo kantiano, cujo argumento se baseia na democracia, no livre comércio e num conjunto de valores cosmopolitas (os direitos do cidadão, a defesa dos direitos humanos, entre outros) e que resultam do pressuposto de que os indivíduos são um fim em si mesmos, ao invés de serem um «meio» para uma determinada finalidade.

Estas abordagens, em operações de construção da paz, conduzem a três modelos de intervenção. O modelo conservador, principalmente associado a abordagens *top-down* para a construção da paz e do desenvolvimento. Este é completamente dependente da ajuda externa e é muitas vezes visto como uma expressão de hegemonia e dominação porque a atuação pode ser feita através do uso de força, sendo mais propícia a políticas de condicionalidade.

O segundo, o modelo ortodoxo, é aquele onde a atuação dos intervenientes internacionais é cautelosa e sensível à apropriação local e à cultura, mas continua estruturado para transferir as suas metodologias, os seus objetivos e normas para a nova estrutura de governação institucional. Este quadro é dominado por tentativas de negociação entre os atores locais e internacionais para um equilíbrio multilateral, mas ainda continua centralizado no estado.

O modelo mais crítico e o terceiro aqui referido, o modelo emancipatório, está centrado na justiça social e no consentimento e apropriação local e

tende a recair sobre uma abordagem *bottom-up*, resistindo à condicionalidade e à dependência internacional.

O tipo de paz construído em Timor-Leste encontra-se precisamente entre o modelo conservador e o ortodoxo: tem uma vertente conservadora porque requereu a intervenção militar, e uma vertente ortodoxa porque os doadores e as organizações, sob a égide da missão da ONU, impuseram métodos de construção da paz numa abordagem *top-down* enquanto também manifestavam um interesse na sociedade civil e nas questões de abordagem *bottom-up*.

Daqui resultou, como referimos, que a aplicação de normas internacionais, para a realização de tarefas multifuncionais, resultou inevitavelmente numa diferença de expectativas entre os agentes externos e os timorenses. Isto também aconteceu porque os agentes externos têm subestimado as complexidades locais e têm sido muito céleres em rotular a democratização e o processo de construção em «sucesso ou fracasso» sem uma avaliação mais diferenciada da situação. Para além disso, existiu [sempre] uma enorme discrepância entre os estilos de vida dos *malai*⁶² e os timorenses, o que levou inclusivamente a violentos protestos anti-Nações Unidas em dezembro de 2002, durante a UNMISSET (Alldén e Amer, 2007, p. 8).

Concomitantemente, Suhrke (2001) também considerou que as missões da ONU também criaram poucas oportunidades para um envolvimento mais abrangente no processo, porque não permitiu a capacitação e a participação local. Assistiu-se, por outro lado, ao recrutamento de internacionais em particular para o desempenho de funções em instituições locais. Estes fatores [e muitos outros] combinaram-se e contribuíram para a erosão de muitos dos ganhos obtidos durante o período da UNTAET, nomeadamente no que diz respeito à criação e desenvolvimento de serviços civis e sociais, ao apoio da formação de capacidade para o autogoverno e à criação de condições para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, uma lição importante que podemos aprender com esta experiência é a subestimação da força das tradições locais e estratégias de abordagem

⁶² Em tétum «pessoas que vêm de fora», referindo-se a pessoas originárias de outro país.

do povo timorense. Isto criou um conflito entre a tentativa de construir um governo democrático [liberal de estilo ocidental] sob a tutela da UNTAET e as estruturas políticas existentes ao nível dos sucos que [ainda] retêm um enorme peso e uma grande legitimidade no seio da cultura timorense.

Foi precisamente neste facto irrevogável, de uma estratégia de abordagem informal, que o conceito de operação da componente militar portuguesa alicerçou a sua atenção, em particular na fase final da UNTAET e posteriormente na UNMISSET. Esta dinâmica de informalidade consistia em desenvolver, através da cadeia de comando, um conjunto de projetos e atividades que contribuíssem para a melhoria das condições de vida do povo timorense, visando desenvolver e manter a sua confiança na PKF em geral e no contingente português em particular.

As operações de nomadização possibilitaram um clima de estabilidade e de segurança, que teve como consequência o incremento destas dinâmicas, especialmente na área sanitária e na distribuição de bens de primeira necessidade. O desenvolvimento das ações CMA possibilitou a criação de um clima de confiança e facilitaram a interação com a população, permitindo o estabelecimento de um ambiente propício ao prosseguimento da missão do PORBATT.

Para levar a efeito estas atividades foi fundamental o estabelecimento de uma estreita ligação com as autoridades locais, designadamente os chefes de *suco*, as entidades religiosas, as organizações internacionais e as ONG presentes na AO à responsabilidade das forças militares portuguesas para, através de ações de apoio à ajuda humanitária, conquistar a confiança e conseguir a cooperação da população. A colaboração com estas entidades revelou-se de grande importância para o estabelecimento das nossas prioridades por serem elas a conhecer mais de perto a realidade do território.

Breves conclusões

As missões *peacekeeping* das NU em Timor-Leste podem ser consideradas parcialmente bem-sucedidas: a UNTAET manteve um ambiente seguro

e assistiu à realização das primeiras eleições do país e a UNMISSET levantou um corpo de forças policiais. Em geral, o modelo onusiano demonstrou capacidades suficientes em todas as três dimensões da sua intervenção: financiamento, cooperação e coordenação. Às missões foram dados mandatos robustos, embora ambíguos como vimos. Enquanto os críticos e observadores frequentemente discutem a liderança aparentemente inerte e as dificuldades causadas por conflitos internos das Nações Unidas, estas deficiências são compensadas por outros aspetos mais positivos do desempenho das Nações Unidas, nomeadamente com a utilização da dimensão militar, como foi o caso em Timor-Leste. Embora a coordenação dentro e fora da ONU não tenha sido a mais adequada face à realidade local, era comparativamente melhor do que em muitas outras missões de manutenção da paz. Além das capacidades organizacionais da ONU, os contextos internacionais e regionais também foram conducentes ao sucesso.

No contexto nacional, a participação portuguesa na operação de paz em Timor-Leste representou um desafio e um esforço considerável para o país, em várias áreas — política, diplomática, económica —, mas muito em particular na área militar. O balanço da participação portuguesa é francamente positivo, tendo sem dúvida as suas forças armadas, e muito em particular o Exército, contribuído para que Portugal reafirmasse a sua imagem na cena internacional, nomeadamente no seio das principais organizações de que é membro.

Neste projeto de construção, constatamos que foram diversos os cenários em que os militares tiveram de se envolver e que no fundo estiveram no alinhamento das expetativas criadas em torno da missão. Começando por uma preparação cuidada que só foi possível pela conjugação de determinados fatores, nomeadamente, o estudo de situação elaborado sobre Timor (através da informação recolhida nas mais variadas fontes), a preparação militar geral e específica em território nacional, a entrada em Timor-Leste acabou por acontecer durante a Fase III como vimos, ou seja, durante a transição do comando das operações da INTERFET para a UNTAET.

Tal como referido nos documentos enquadrantes das Nações Unidas, nomeadamente nas resoluções n.º 1272/99 e n.º 1410/02, o conceito de

operação dos comandantes esteve sempre no primado de que a população timorense constituía sempre o centro de gravidade da presença portuguesa na missão. Do nosso ponto de vista, a concretização deste objetivo foi conseguida através da operacionalização de um conjunto de tarefas que assentaram em dois pilares fundamentais: o primeiro no âmbito das Operações, que compreendia as tarefas diretamente ligadas à manutenção de um ambiente estável e seguro no território, fator essencial para permitir um desenvolvimento económico e social do país. O segundo pilar no âmbito das atividades *não militares*, que se materializou através de um conjunto de ações de ajuda humanitária e de apoio à carenciada população timorense.

Em jeito de conclusão diríamos que a componente militar portuguesa fez muito e fez bem. Dispunham de capacidades materializadas num conjunto significativo de meios materiais, tinham vontade e sabiam fazer, e tinham, acima de tudo, um bem preciosíssimo: o soldado português, com a sua imensa generosidade, grande espírito de sacrifício e uma invulgar capacidade de relacionamento com o povo *maubere*. Foi assim que o Exército português esteve em Timor-Leste, não só pela razão mas também, e acima de tudo, pelo coração.

Bibliografia

A/54/654 — *Progress Report of the Secretary-General about the Question of East Timor*. UN, 13 dez. 1999.

ALLDÉN, S.; AMER, R. — *The United Nations and Peacekeeping: Lessons learned from the Cambodia and East Timor*. Umeå University, Working papers in Peace and Conflict Studies, 2007. [Acedido a 26 de ag. 2013]. Disponível na Internet: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:140573>.

BRANCO, Martins — *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais, 2009. 6:86-141.

ENTREVISTA. Francisco P. Garcia, Tenente Coronel do Exército Português. Coimbra, 30 de maio 2013.

- FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula — *A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: Riscos e expectativas*. Coimbra: Universidade de Coimbra — Centro de Estudos Sociais, 2009. p. 6-23.
- GOMES, José Pereira — A internacionalização da questão de Timor-Leste. *Revista de Relações Internacionais*. N.º 25 (2010), p. 67-89.
- GORJÃO, Paulo — O legado e as lições da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste. *Análise Social*. Vol. 38, n.º 169 (2004), p. 1043-1067.
- MARTIN, Ian — *Autodeterminação em Timor-Leste: As Nações Unidas, o voto e a intervenção internacional*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001. p. 79-83.
- RICHMOND, Oliver — De-Romanticising the Local, De-Mystifying the International: Hybridity in Timor Leste and Solomon Islands. *The Pacific Review*. Vol. 24, n.º 1 (2011), p. 115-136.
- S/RES1264 — *Resolução 1264 do CSNU*, 1999. [Acedido a 16 de nov. 2012].
Disponível na Internet: <http://www.un.org/documents/scres.htm>.
- S/RES1272 — *Resolução 1272 do CSNU*, 1999. [Acedido a 16 de nov. 2012].
Disponível na Internet: <http://www.un.org/documents/scres.htm>.
- S/RES1410 — *Resolução 1410 do CSNU*, 2002. [Acedido a 16 de nov. 2012].
Disponível na Internet: <http://www.un.org/documents/scres.htm>.
- SUHRKE, A. — Peacekeepers as nation-builders: dilemmas of the UN in East Timor. *International Peacekeeping*. Vol. 8, n.º 4 (2001), p. 1-20.

PAULA DUARTE LOPES

pdl@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, Coimbra

School of Economics of the University of Coimbra and Centre for Social Studies, Coimbra, Portugal

REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA EM TIMOR-LESTE E O SEU CONTRIBUTO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

RESUMO:

O modelo das Nações Unidas relativo à reforma do setor de segurança tem sido largamente analisado no que diz respeito aos modelos ideais, aos princípios orientadores e aos resultados esperados, incluindo os processos de formação e socialização dos referidos modelos e princípios pelos elementos envolvidos na criação de novas forças de segurança em países em contextos de pós-conflito violento. A importância da segurança para um processo de construção e consolidação da paz é inquestionável. No entanto, as ligações, mais ou menos visíveis, e mais ou menos perigosas, entre o modelo implementado e a realidade local, muitas vezes não são devidamente incorporadas na análise e no plano de apoio a uma reforma do setor de segurança nestes países. Timor-Leste constitui um caso de referência onde, por um lado, o modelo das Nações Unidas foi adaptado à realidade local por iniciativa de alguns países doadores e do próprio país beneficiário, mas, por outro lado, se verificou uma abordagem distinta nessa adaptação entre as forças armadas e as forças de segurança pública. Exatamente porque a segurança é essencial para construir uma paz sustentável, localmente apropriada, ter em conta a realidade histórica que resultou no contexto atual; ponderar a situação social, política e económica atual dos ‘novos’ efetivos quer militares, quer policiais; identificar a relação entre estas novas forças de segurança e a sociedade, em termos de práticas e expectativas; facultar uma formação sólida mas ajustada às necessidades e vivências quotidianas locais revelam-se dimensões essenciais de qualquer reforma bem sucedida do setor de segurança. A sustentabilidade dessa reforma depende do seu enraizamento na sociedade local após a saída das forças das Nações Unidas.

Palavras-chave: Reforma do setor de segurança; Timor-Leste; consolidação da paz

SECURITY SECTOR 'REFORM' AND ITS CONTRIBUTION TO PEACEBUILDING IN TIMOR-LESTE

ABSTRACT:

The United Nations model on security sector reform has been widely analysed regarding ideal models, guiding principles and expected results, including the training and socialization processes of these models and principles by those involved in the creation of new security forces in countries in contexts of post-violent conflict. The importance of security for a peacebuilding process is unquestionable. Still, the connections, more or less visible, and more or less dangerous, between the implemented model and the local reality, often are not duly taken into account in the analysis and the support plan of a security sector reform in these countries. Timor-Leste constitutes a reference to be studied where, on the one side, the United Nations model was adapted to the local reality as a result of the initiative of some donor countries and the beneficiary country itself, but, on the other hand, a distinct approach in that adaptation process was adopted between the armed forces and the police. Exactly because security is essential to build a sustainable peace, locally appropriated, to take into account the historic reality that resulted in the current context; to ponder the social, political and economic situation of the 'new' security personnel, both military and police; to identify the relation between these new security forces and society, in terms of practices and expectations; to provide a solid training adjusted to the daily local needs and lives become essential dimensions to any successful security sector reform process. The sustainability of that reform process depends on its embedment in the local society after the United Nations forces exit.

Keywords: Security sector reform; Timor-Leste; peacebuilding

http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7_7

CAPÍTULO 6

REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA EM TIMOR-LESTE E O SEU CONTRIBUTO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

Paula Duarte Lopes

Introdução

A relação entre segurança e paz é indiscutivelmente reconhecida, mas os contornos dessa relação, a dinâmica interna da mesma e a melhor forma de transformar essa relação num ciclo virtuoso não são questões pacíficas. Questões conceituais e operacionais fazem parte de um debate académico e político, sendo que missões de apoio à reforma do setor de segurança em países terceiros continuam a ser implementadas e esforços de promoção e consolidação da paz também continuam a ser desenvolvidos. Ao investigar estas dinâmicas, a pergunta que se procura responder é na verdade “Que contributo é que um processo de reforma do setor de segurança tem (ou pode ter) para um processo de consolidação da paz?”. Este capítulo não pretende debruçar-se sobre a complexidade das ligações entre estes dois conceitos em termos abrangentes, mas antes focar apenas a questão do apoio à criação/capacitação das forças de segurança e o seu impacto na

estabilidade política e social do país, entendida como elemento essencial para a promoção e consolidação da paz.

Partindo da premissa que segurança e desenvolvimento são mutuamente constitutivos,⁶³ este capítulo critica a perspectiva sequencialista e tecnicista das Nações Unidas no que diz respeito aos processos de “reforma do setor de segurança” que promove. Por um lado, o enfoque demasiado centrado na segurança como ausência de violência invisibiliza a necessidade deste processo ser enraizado na realidade das dinâmicas locais e, por outro lado, a abordagem tecnicista não inclui questões sociais, políticas, culturais ou mesmo económicas. Em ambos os casos, os elementos e as dinâmicas não consideradas revelam-se essenciais à sustentabilidade da consolidação da paz e do próprio setor de segurança. A discussão apresentada neste capítulo aborda a dinâmica associada à relação entre promover instituições que garantam a ausência de violência física e promover uma estabilidade política, social e económica que sejam elementos constituintes de um processo de desenvolvimento humano que garanta uma vida digna às populações. Nesta dinâmica identificam-se ligações que podem ser profícuas e mutuamente enriquecedoras, mas que também podem adquirir contornos preocupantes fragilizando, e até mesmo subvertendo, os esforços desenvolvidos e os resultados conseguidos.

A discussão desta dinâmica é fundamentada com o estudo de caso de Timor-Leste, analisando-se a «reforma» do setor de segurança em Timor-Leste e a sua relação com o processo de consolidação da paz no país. No caso timorense, a «reforma» do setor de segurança não envolveu na realidade uma reforma, pois o país não tinha forças de segurança *per se*. Assim, o processo implicou a criação de forças de segurança nacionais: forças armadas (F-FDTL — FALINTIL⁶⁴-Forças de Defesa de Timor-Leste) e forças policiais de natureza civil (PNTL — Polícia Nacional de Timor-Leste).

⁶³ Esta relação constitutiva é reconhecida de forma genérica, apesar de na prática a primazia da segurança como ausência de violência ser ainda dominante.

⁶⁴ FALINTIL significa Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste, o braço armado da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) durante o período de ocupação indonésia.

real integridade, e que se manifesta mais concretamente no exercício do poder. Deste modo, é necessário também assegurar que as instituições do Estado correspondem às necessidades e expectativas da população.

O envolvimento português

Relativamente ao envolvimento de Portugal nos processos em análise, três dimensões têm sido centrais na sua cooperação com Timor-Leste: a cooperação militar e policial, a cooperação judicial, e a cooperação ao nível da língua, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento. Ao nível das duas primeiras cooperações, estas têm sido evidentes na formação e treino, seja de polícia, por um lado, seja de juízes, por outro. Quanto à questão da língua, esta assume-se como uma questão central mas delicada. As maiores dificuldades prendem-se com a operacionalização da mesma, no envio atempado de recursos humanos, em particular professores, bem como na gestão de currículos e manuais de ensino. O processo de aprendizagem ao longo do tempo permitiu uma sistematização mais clara dos contributos portugueses, incluindo a criação de novos manuais e a introdução do projeto das Escolas de Referência, faltando ainda muito a fazer em termos da política da língua. De sublinhar que esta é um recurso que se assume também fundamental em matéria de política externa, ao permitir uma política de diferenciação de Timor-Leste no contexto regional em que se insere. A necessidade de maior articulação dentro das próprias estruturas portuguesas ao nível da cooperação com Timor-Leste, e entre esta e outras cooperações internacionais, deve ser acautelada no sentido de otimizar recursos e resultados. Portugal tem sido um dos principais doadores de ajuda a Timor-Leste, a par da Austrália, o que lhe confere uma posição interessante em termos das possibilidades para operacionalizar ações nas linhas identificadas como prioritárias relativamente ao seu envolvimento em Timor-Leste, nomeadamente no que diz respeito à capacitação do Estado, à promoção da educação e à redução da pobreza. A relação de proximidade que mantém com as autoridades timorenses, apesar da distância geográfica,

confere a Portugal valor acrescentado em termos dos contributos reais, cuja resposta relativamente a expectativas deve ser clara, numa lógica de credibilização e legitimação dos programas de ajuda definidos.

Linhas de reflexão para o futuro

As principais conclusões a que esta investigação chegou prendem-se com a atuação das Nações Unidas em Timor-Leste e com o próprio caminho que o país percorreu desde 1999 até aos nossos dias. Três ordens de ideias são aqui fundamentais. Primeiro, o contributo das Nações Unidas, nas suas diferentes missões e valências, é amplamente reconhecido como válido, sendo-lhe, no entanto, atribuídas críticas relativamente ao modelo de intervenção e à forma como os mandatos foram implementados. A relevância da articulação das intervenções com as realidades locais e as especificidades que lhes estão associadas assume neste contexto uma dimensão prioritária. Neste quadro, o caso de Timor-Leste revelou-se muito interessante pela participação e envolvimento ativo dos timorenses, desde o início, no desenho da construção do Estado. Apesar de muitos limites e críticas, o envolvimento local em processos estruturantes da nova realidade do país foi significativo quando comparado com outras missões, legitimando a própria intervenção. A este nível as palavras do representante do Secretário-geral das Nações Unidas em Timor-Leste, referindo-se à necessidade de reconhecer e respeitar «quem são os donos da casa», é revelador. Segundo, o processo de manutenção e construção da paz é um processo complexo com várias dimensões de atuação. Desde a arquitetura institucional até aos setores de atuação, incluindo a dimensão securitária, do Estado de direito e de democratização, a transformação de princípios em práticas acarreta um conjunto de oportunidades e desafios. Como analisado, em todos estes setores os avanços alcançados são significativos, permanecendo, no entanto, desafios que exigem a formulação de respostas inclusivas e no sentido de consolidação gradual dos processos. Finalmente, desde a independência em 20 de maio de 2002 até à saída da UNMIT em

dezembro de 2012, passou-se pouco mais de uma década. O curto espaço de tempo em que Timor-Leste se consolida enquanto Estado independente deve ser sublinhado.

Relativamente aos muitos desafios que Timor-Leste enfrenta no contexto pós-intervenção, duas ideias fundamentais resultam da investigação desenvolvida: por um lado, o reconhecimento do percurso feito por Timor-Leste, quer a nível interno quer externo, e que aponta para um olhar para o futuro desprendido de violência; e por outro lado, uma apropriação deste reconhecimento no próprio discurso político como forma de legitimar opções políticas para o futuro. De sublinhar a dimensão proativa da política externa timorense em termos do seu posicionamento na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assumindo a presidência rotativa em julho de 2014, do seu papel de liderança do g7+ e de se assumirem como modelo para estados em situação de pós-violência armada, apontando para mecanismos de consensualização interna que possam abrir caminho para a estabilização, e ainda o facto de Timor-Leste ser simultaneamente país recetor de ajuda, mas também doador, nos casos da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Este dinamismo no contexto regional e internacional, visível em apenas alguns exemplos aqui enumerados, funciona também como elemento estabilizador a nível interno, promovendo coesão social e pressionando as autoridades a nível político para o desenho de políticas estruturantes e estruturais capazes de responder às duas dimensões de maior fragilidade a nível doméstico: a necessidade de capacitação humana, através da formação de recursos em diferentes áreas, e a necessidade de capacitação do país ao nível de infraestruturas. A solicitação da presença em Díli de um Coordenador Residente das Nações Unidas para assuntos económicos e de desenvolvimento reflete esta mesma leitura e o enfoque em termos de prioridades definidas para o futuro. Uma questão central ainda em aberto é a da gestão da presença externa relativamente às prioridades e objetivos timorenses, questão esta que mesmo face à saída das Nações Unidas enquanto presença alargada, se mantém em diferentes versões, como por exemplo nas cooperações bilaterais e com agências financiadoras, tais como o Banco Mundial. O processo de consolidação da paz e a sua

sustentabilidade é um processo contínuo, que exige respostas aos muitos desafios que permanecem, mas que parece encontrar oportunidades nas bases que se foram enraizando ao longo da última década.

NOTAS BIOGRÁFICAS

António Leitão é doutorando do Programa em Política Internacional e Resolução de Conflitos FEUC-CES. É licenciado em Relações Internacionais pela FEUC, Diplomado em Análise em Política Internacional pelo Institut d'Études Politiques de Bordéus e mestre em Sociologia pela FEUC. É bolseiro de investigação no projeto “Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal” financiado pela FCT (PTDC/CPJ-CPO/115169/2009). As suas áreas de interesse incluem as políticas de cooperação portuguesa no âmbito da língua em Timor-Leste, política externa portuguesa e intervencionismo internacional.

Carla Luís é doutoranda no programa “Política Internacional e Resolução de Conflitos”, no CES, Universidade de Coimbra. Projeto de tese: “O papel dos sistemas eleitorais nas políticas de peacebuilding da ONU: o caso de Timor-Leste” (FCT SFRH/BD/79096/2011). Investigadora no projecto “Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal”, do CES. Mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo Centro Europeu Interuniversitário de Direitos Humanos e Democratização de Veneza (2005/2006) e licenciada em Direito pela FDUNL (1997/2002). Membro da Comissão Nacional de Eleições e coautora das obras *LEOAL - Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais - anotada e comentada — 2013* e *LEALRAA - Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - anotada e comentada - 2012*. Exerceu funções como assessora jurídica eleitoral do PNUD e como assessora jurídica parlamentar

no parlamento português. Áreas de interesse: sistemas eleitorais, construção da paz, pós-conflito e Sudoeste Asiático.

Carlos Manuel Morgado Braz, nascido em 1970 na República Popular de Angola, exerceu até dezembro de 2012 a efetividade do serviço militar nos quadros permanentes do Exército. Ao longo da sua carreira como militar, prestou serviço em várias Unidades e estabelecimentos do Exército, tendo cumprido duas missões ao serviço da NATO e uma ao serviço das Nações Unidas. Exerceu funções na NATO como Oficial-adjunto do Esquadrão de Lanceiros do Agrupamento Bravo/KFOR (Kosovo) e de Comandante da Companhia Logística do Agrupamento Golf/SFOR (Bósnia e Herzegovina). Ao serviço das Nações Unidas desempenhou funções como Chefe do Gabinete de Informação Pública do Contingente Militar português na *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), em Timor-Leste. Possui alguns cursos de especialização no âmbito da sua formação militar de onde se destaca, o de Observador Militar das Nações Unidas e o *Military Police Advanced Course* dos EUA. No âmbito da formação académica, possui o curso em Operações de Paz e Ação Humanitária da FDUC, Pós-Graduação em Direitos Humanos e Democracia da FDUC e o Mestrado em Relações Internacionais com especialização nos Estudos da Paz e da Segurança da FEUC.

Daniela Nascimento é doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra, mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo Centro Europeu Interuniversitário de Direitos Humanos e Democratização de Veneza (2002/2003) e licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É professora auxiliar de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra). Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos para a paz, direitos humanos, reconstrução pós-conflito, ação humanitária e desenvolvimento, com enfoque em África. Tem publicado nestas áreas diversos capítulos em livros e artigos em revistas científicas nacionais e estrangeiras.

Helena Carreiras é professora no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa e investigadora no CIES-IUL. É licenciada e mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL e doutora em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Entre 2010 e 2012 foi subdiretora do Instituto da Defesa Nacional (Lisboa) e em 2014 foi Professora Visitante na Universidade de Georgetown em Washington, D.C. As suas áreas de interesse e investigação centrais são Forças Armadas e Sociedade, Segurança e Defesa, Sociologia do Género, Sociologia Política e Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais. Desenvolveu extensa pesquisa sobre o relacionamento entre forças armadas e sociedade, tendo-se debruçado, em particular, sobre o tema da integração feminina nas instituições militares. É autora de vários livros e artigos em revistas especializadas, de entre os quais podem destacar-se *Gender and the Military. Women in the Armed Forces of Western Democracies* (Routledge, 2006 e 2008), *Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul* (Cosmos e IDN, 2002), e *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas* (Cosmos, 1997). Coorganizou, entre outras, as obras *Women in the Military and in Armed Conflict* (com Gerhard Kümmel, VS Verlag, 2008), e *Qualitative Methods in Military Studies* (com Celso Castro, Routledge, 2013).

Maria Raquel Freire é investigadora do Centro de Estudos Sociais e Professora Auxiliar com Agregação de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos para a paz, em particular *peacekeeping* e *peacebuilding*; política externa, segurança internacional, Rússia e espaço pós-Soviético. Tem publicados nestas áreas vários capítulos em livros e artigos em revistas científicas. É autora, entre outros, de *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*, Almedina, 2011; organizadora de *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*, IUC, 2011; coorganizadora de *Competing for Influence: The EU and Russia in Post-Soviet Eurasia* e de *Russia and European Security*, com R. Kanet, Republic of Letters (dois vols.) 2012, de *Russia and Its Near Neighbours: Identity, Interests and Foreign Policy*, também com R. Kanet, Palgrave, 2012; e de

A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado, com P. Daehnhardt, IUC, 2014.

Paula Duarte Lopes é investigadora do Centro de Estudos Sociais e professora auxiliar de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É doutorada em Ciência Política — Relações Internacionais pela Johns Hopkins University e mestre em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science. Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos para a paz, nomeadamente em missões de paz e dinâmicas de *peacebuilding*; políticas e estratégias de apoio ao desenvolvimento; e governação internacional de recursos hídricos. Tem vários capítulos de livro sobre estas temáticas, bem como artigos científicos em revistas nacionais e internacionais.

Ramon Blanco é professor adjunto no curso de Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), pesquisador associado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e doutorado em Relações Internacionais — Política Internacional e Resolução de Conflitos pela mesma universidade. Colabora, frequentemente, com instituições nacionais e internacionais enquanto professor convidado, pesquisador convidado, e pesquisador associado, e suas pesquisas são financiadas por órgãos de fomento científico nacionais e internacionais. Os seus interesses de pesquisa e publicações centram-se essencialmente nas Teorias das Relações Internacionais, Conflitos Internacionais, Reconstruções Pós-Bélicas, Missões de Paz, Segurança Internacional, Desenvolvimento Internacional, Política Internacional, Pós-Colonialismo(s), Pensamento Descolonial, e Filosofia Política.

Teresa Cierco é doutora em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. É professora auxiliar de Relações Internacionais no Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação centram-se nos processos de transição nos países dos Balcãs

Ocidentais, com especial referência às questões de Estado de direito, sociedade civil e direitos humanos. Tem publicado vários livros, capítulos e artigos em revistas nacionais e internacionais.

Maria Raquel Freire é investigadora do Centro de Estudos Sociais e Professora Auxiliar com Agregação de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos para a paz, em particular *peacekeeping* e *peacebuilding*; política externa, segurança internacional, Rússia e espaço pós-Soviético. Tem publicados nestas áreas vários capítulos em livros e artigos em revistas científicas. É autora, entre outros, de *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*, Almedina, 2011; organizadora de *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*, IUC, 2011; co-organizadora de *Competing for Influence: The EU and Russia in Post-Soviet Eurasia* e de *Russia and European Security*, com R. Kanet, Republic of Letters (2 vols.) 2012, bem como de *Russia and Its Near Neighbours: Identity, Interests and Foreign Policy*, também com R. Kanet, Palgrave, 2012.

